

A MULHER NA HISTÓRIA DO BRASIL

MARY DEL PRIORE

São Paulo, Contexto, 1988

Repensar a mulher na historiografia brasileira, através de uma forma nova, moderna e contemporânea é o que se propõe, com sucesso, à historiadora Mary del Priore. Estamos diante de um livro ágil que cativa o leitor da primeira à última palavra, onde a tessitura da História "dá prazer".

O eixo principal do estudo encontra-se na discussão e conseqüente resgate do papel da mulher na historiografia brasileira, possibilitando um "novo olhar" para as ciências humanas, na área específica da história. É preciso não esquecer que, por muitos séculos, a história das mulheres foi contada, e portanto interpretada, pelo imaginário masculino. Soma-se a isso o fato das mulheres constituírem um segmento cujo passado histórico é bastante desconhecido.

Mary del Priore arma seu resgate a partir de "coisas de mulher", como a intuição, a história da sexualidade, o "itinerário" do corpo feminino, a casa, o trabalho doméstico etc. Enfim, a partir de um microespaço a que, somente agora, as Ciências Sociais têm dado o devido valor e relevância.

O período estudado cobre os séculos XVII e XVIII, isto é, o Brasil Colonial, particularmente nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Pernambuco. Apesar do salto no tempo, é interessante notar que o "olhar masculino" sobre a mulher não mudou muito de lá para cá.

Tendo como pontos de partida e chegada o corpo da mulher, a autora vai explicando as interdições, as estratégias e dispositivos para normatizar, medicalizar e regulamentar o corpo feminino. Elucidando o fato de, na época, as mulheres serem consideradas tão-somente como reprodutoras da espécie, com a superestimação dos casais e indiferença em relação

às solteiras, o livro nos alerta para a importância fundamental da dominação de gênero.

Por toda a História do Brasil, a mulher tem aparecido sob "holofotes de preconceitos" que jogam luzes de estereótipos sobre ela. Imagens de imobilidade, submissão sexual etc. Segundo Mary del Priore, para se romper com esta idéia "estagnizada" da mulher, faz-se necessário "rastrear a informação mais humilde, adivinhar a imagem mais apagada e reexaminar o discurso mais repetido".

No capítulo 2, intitulado "Imagens da Mulher", vemos como a Igreja sobe ao palco (ou seria ao púlpito?) para ditar a largura e o comprimento da camisa-de-força moral e física que as mulheres da colônia vestiriam. Estereótipos da mulher "puta" e da mulher "sã" marcam claramente a trajetória misógina da Igreja.

Através da confissão — poderosa forma de controle normatizador — tanto as solteiras quanto as casadas davam conta de seus "pecados". Embasados em tais "confissões", os sermões dos padres irradiavam um discurso normatizador sobre os corpos e almas femininas. Por meio da hipocrisia deste sistema nivelador, a Igreja tentava eleger um "modelo ideal de mulher" e, assim, ter sucesso em sua política de implantar a família e a fé católicas em terras de além-mar.

Naturalmente, estas "pregações normativas" excluíam as mulatas, as negras forras e as brancas empobrecidas. Estas, sim, mulheres a lutar contra a penúria do cotidiano, a responder às pregações da Igreja com práticas tidas como "desabusadas", como concubinato, mancebia e, não raro, prostituição.

Segundo a historiadora, as mulheres coloniais seriam mais filhas de Eva do que de Maria, pois, "mergulhadas nas asperezas do trabalho doméstico, ou nos ofícios de rua e da lavoura, acabam por elaborar, mesmo quando rascunhos de modelos eruditos, regras e éticas próprias".

Mary del Priore analisa com agudeza essa problemática feminina por excelência que é a prostituição.

ção. Leva-nos a refletir sobre a questão de, no Brasil Colônia, as prostitutas "valorizarem" o seu oposto: a mulher "pura", identificada com a Virgem Maria e distante da sexualidade livre, portanto "transgressora".

Aos olhos da Igreja, as prostitutas exerciam o papel de "salvaguardas do sagrado enlace". Eram o *mal* justificando o *bem*. Aliás, até hoje, para a Igreja, as prostitutas continuam salvaguardando o sagrado matrimônio, onde a sexualidade é enclausurada ou, então, apenas direcionada para a reprodução. Mudaram alguns temperos, mas não o gosto da comida.

Na época colonial, o "mal necessário", ao lado de outras práticas ditas imorais, fez com que a Igreja enxergasse, em cada mulher que por desventura (ou será ventura?) infringisse as normas, uma prostituta em potencial. Assim, mais do que por pruridos morais, o que apavorava a Igreja era o fato de as prostitutas encarnarem o perigo de engendrar "hordas de bastardos" e acelerar a miscigenação, contrariando o ideal branco dos colonizadores.

O sagrado matrimônio, reservado às mulheres da elite branca, acabava por dar às mulheres das classes desprivilegiadas novos espaços de vida conjugal e maternidade. Nas várias relações extra-matrimônio na Colônia (concubinatos, mancebias), destaca-se uma curiosa variante da transgressão: mulheres ligadas a padres, as chamadas mulas-sem-cabeça. Em *off*: "expressiva parcela do rebanho a ser domesticado".

Diz-nos a autora: "se, dentro da igreja, os padres exerciam o papel de porta-vozes da pregação moralizante, a distância entre seus sermões e as práticas heterodoxas de suas ovelhas fazia com que, fora da mesma igreja, pastores e ovelhas abandonassem as máscaras".

Fora dos templos, padres e moças se cruzavam no sobe e desce das ladeiras coloniais. Relaciona-

vam-se como seres de carne e osso, em meio a um cotidiano de asperezas.

Nessa relação, como de praxe, quem carregava a fama eram as mulheres, marcadas pela tradição oral mítica.

Para combater os "excessos da carne" e colocar um cinto de castidade sobre a sexualidade feminina, a Igreja fomenta um discurso médico sobre os corpos. Inaugura-se a medicalização, a normatização sobre o corpo da mulher. A Medicina, refletindo a posição da Igreja, endossa o postulado de que a sexualidade livre é "prejudicial à saúde". Saúde não só da alma, mas do corpo. Ela apropria-se do saber popular das mulheres: condena o parto de cócoras, bane parteiras e curandeiras. Nessa apropriação, a medicina expropria da mulher aquilo que é mais ligado à sua identidade, ou seja, o controle e conhecimento do próprio corpo.

É a partir desta época que o olhar médico do obstetra "começa a devassar o ritual", até então vivenciado, exclusivamente, por mulheres: o momento do parto, saber transmitido de mãe para filha. Ritual que reunia parturientes, parteiras, comadres e vizinhas. A medicina "científica" e masculina reprime o caráter emocional e afetivo desta união de mulheres. Leva o parto para lugares fechados, com acesso apenas dos portadores do saber médico.

Concluindo, o livro de Mary del Priore vem contribuir para a recuperação da mulher na historiografia brasileira, pelo viés do corpo. Endossa a tese de que o microcosmo do corpo feminino é, paradoxalmente, objeto de normatização e também de resistência a este "transformar-se em objeto". Resistência criada e exercida, fundamentalmente, pela informação e educação sexual.

Eleonora Menicucci de Oliveira